

Reta final das eleições presidenciais

No próximo dia 31, mais de 135 milhões de brasileiros vão às urnas eleger o novo presidente do Brasil. Duas candidaturas concorrem ao segundo turno dessas eleições. A candidata do PT, Dilma Rousseff, que representa a possibilidade de o servidor continuar lutando em melhores condições por suas reivindicações e por um serviço público de qualidade que atenda a toda a população do Brasil. Por outro lado, está a candidatura do PSDB, José Serra, que representa o retorno ao estado mínimo, com congelamento de salário, privatização de empresas públicas e terceirizações. Não é à toa que a candidata do PT tem o apoio de todas as entidades de

classe dos trabalhadores. Já o candidato tucano José Serra conta o apoio do grosso do empresariado nacional e internacional.

Por isso, nesta reta final das eleições, o Comitê de Sindicalistas Pró Dilma convida todos os servidores públicos para participarem de um ato nesta quarta-feira, dia 27.10, a partir das 18h, no Teatro dos Bancários (EQS 314/315 – Asa Sul), que tem o objetivo de potencializar a campanha da petista Dilma Rousseff e apresentar à candidata as reivindicações dos trabalhadores.

Fazem parte das demandas dos servidores públicos o retorno da Data-base em 1º de maio, o reconhecimento do direito de greve, a paridade ativo-aposentado-pensionista, planos de

carreira com remuneração isonômica e a revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), instrumento que nada mais é do que um limitador de gastos públicos e, consequentemente, um empecilho ao reajuste de salário, também às contratações e, principalmente, para investimentos no serviço público, saúde, educação e segurança.

Essas reivindicações estão pendentes no governo Lula, mas é inegável que os servidores obtiveram conquistas nos últimos anos, como a incorporação da GAE ao vencimento básico, a obtenção de Planos de Carreira específicos para alguns setores, contratação de servidores, recomposição da remuneração e os reajustes do auxílio-alimentação e

das diárias de viagem.

São conquistas que não podem ser ignoradas, mesmo que parciais, porque todas são fruto da luta e da mobilização dos servidores. Ignorar tais conquistas é jogar na lata do lixo toda a luta empreendida pela categoria. É não reconhecer o trabalho que foi realizado pelos servidores, que não podem desanimar nem acreditar que não é possível ir mais além, muito menos se darem por satisfeitos com o que já foi conquistado. É necessário avançar no atendimento das reivindicações. Vários setores ainda estão sem Plano de Carreira. Os servidores federais são a única categoria profissional no país que ainda não possui a data-base. A paridade entre

ativos e aposentados, que foi retirada por Fernando Henrique, ainda não foi restabelecida. Portanto, é preciso ir à luta e essa luta passa pelas urnas no dia 31 de outubro.

Falta de compromisso com o combate às endemias

A demissão de mais de cinco mil servidores da Funasa em 1999, pelo então ministro da Saúde de FHC, José Serra, mostra a falta de comprometimento do candidato tucano com o serviço público. Os servidores trabalhavam no combate às endemias no estado do Rio de Janeiro, cuja demissão causou o retorno da dengue e de outras doenças. Os servidores foram recontraçados pelo governo Lula, que reparou a injustiça.

Nacional

Brasileiros são a favor do limite da propriedade da terra

Das 519.623 pessoas que responderam ao Plebiscito Popular pelo Limite da Terra, 95% são a favor da definição de um limite máximo de tamanho para a propriedade rural. O resultado foi divulgado dia 19.10, pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e

Justiça no Campo (FNRA), composto por 54 entidades, entre elas a CUT. O Plebiscito foi aplicado em 23 estados brasileiros e no Distrito Federal.

Junto com plebiscito circulou um abaixo-assinado para que seja inserido um

novo Inciso no Artigo 186 da Constituição Federal que se refere ao cumprimento da função social da propriedade rural, por meio de um Projeto de Emenda à Constituição (PEC). A coleta de assinaturas continua até o final deste ano.

Assistente social

Sindsep-DF exige que governo cumpra a lei

Está em vigor desde o dia 27.08 deste ano, a Lei 12.317 que estabelece a carga horária de 30 horas semanais para os Assistentes Sociais. O Sindsep-DF já encaminhou ofício ao

ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para que ele faça cumprir a lei em todos os órgãos do Executivo Federal. Se necessário, o sindicato irá recorrer ao Judiciário.

Internacional

Franceses devem continuar protestos contra reforma da Previdência

No dia 22.10, o Senado francês aprovou a lei que aumenta de 60 para 62 anos a idade mínima para aposentadoria. Mas a onda de protestos contra a reforma da previdência deve continuar, já que a matéria ainda passará por uma comissão parlamentar mista, antes que o Conselho Constitucional, maior autoridade constitucional do país, dê a aprovação final. Apesar da polícia francesa, sob as ordens do presidente Nicolas Sarkozy, ter usado de violência para coibir as manifestações, a mobilização dos trabalhadores está cada vez mais forte. Os sindicatos franceses organizam duas novas manifestações, previstas para os dias 28.10 e 6.11.

Servidores entregam reivindicações a Dilma Rousseff, candidata do PT

Os servidores administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), dando continuidade a luta pelo Plano de Carreira específico do setor, entregaram a candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, uma carta com as reivindicações da categoria. A entrega do documento foi durante

um comício da candidata no dia 16.10, em Belo Horizonte. Na ocasião, o presidente Lula a acompanhava e os servidores ergueram uma faixa com os dizeres: "Lula, você se lembra da reunião de Caruaru? Os servidores do MTE aguardam negociação", na intenção de cobrar de Lula o atendi-

mento das demandas da categoria, que este ano realizou uma greve de cinco meses.

As reivindicações também foram entregues a petista durante um comício no Piauí, dia 13.10. Na data, os servidores do MTE conseguiram fazer um breve relato da situação para Dilma Rousseff. Cópias do

documento também foram entregues a assessoria da candidata petista e ao coordenador nacional da campanha de Dilma, deputado federal José Eduardo Cardozo (PT/SP).

A greve que durou pouco mais de cinco meses foi suspensa e não terminada. A categoria mantém a mobilização em todo o

país e não está afastada a possibilidade de retorno à greve no primeiro semestre de 2011.

Lula também recebe reivindicações

No dia 14.10, os servidores do MTE no Piauí também entregaram aos assessores do presidente Lula uma carta apresentando as reivindicações do setor.

Demitidos do Governo Collor

Sindsep-DF luta pela aprovação do PL 5.030

Demitidos do governo Collor participaram de assembleia convocada pelo Sindsep-DF, dia 15.10, para discutir a tramitação do Projeto de Lei 5.030/09, que reabre o prazo para que servidores e empregados públicos demitidos pelo Governo Collor ainda não anistiados requeiram o retorno ao serviço público (Lei 8.878/94), e também a luta para que o tempo

em que o anistiado ficou fora do serviço público seja contado para efeito de aposentadoria.

A assembleia contou com a presença da deputada distrital Érika Kokay (PT-DF), que nas últimas eleições foi eleita deputada federal. Ela reafirmou o apoio aos anistiados e se comprometeu a encaminhar as demandas na Câmara dos Deputados.



15.10: assembleia dos demitidos do governo Collor no auditório Francisco Zóccoli



Érika Kokay, Carlos Alberto, Jô Queiroz, Dailson e Carlos Henrique

Funasa

Cedidos ao GDF realizam ato pelo retroativo da PASUS

Os servidores da Funasa cedidos ao Governo do Distrito Federal (GDF) realizam um ato nesta terça-feira, dia 26.10, em frente à Secretaria de Saúde do DF, para cobrar o pagamento das parcelas

retroativas da PASUS. Haverá ônibus saindo das Inspeções de Saúde às 8h.

Gacen/Gecen – Já os servidores da Funasa que recebem a Gacen/Gecen realizam assembleia no dia 5.11, no auditório

Francisco Zóccoli. A pauta de discussão inclui o reajuste das gratificações e o esclarecimento de dúvidas e problemas decorrentes da mudança de lotação para o Ministério da Saúde.

FNDE

Servidores vivem momentos de insegurança

Os servidores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) têm enfrentado momentos de medo e insegurança, isso porque, as obras de melhoria das instalações do órgão têm provocado tremores em todo o prédio. Segundo o relato de uma servidora, encaminhado à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e Organização do FNDE, por várias vezes, os servidores que trabalham no 2º andar deixaram as suas salas por sentirem o piso vibrar.

O fato também já foi informado à Divisão de Serviços Gerais (DISEG), que



22.10: prédio do FNDE em reforma

explicou que os tremores são causados por uma das máquinas utilizadas na reforma, iniciada em meados de abril deste ano.

Além disso, muitos setores convivem com restos de

obras que caem nas salas ou ficam ali depositados. O Sindsep-DF exige que a direção do FNDE apresente o laudo da Defesa Civil que atesta que a obra não oferece risco ao servidor.